



# 25 DE ABRIL

Assembleia da República, 25 de abril de 2021

## Intervenção de Rui Rio

Celebramos, hoje, os 47 anos do 25 de Abril. 47 anos foi sempre um período de tempo muito alargado, mas na sociedade atual, em que tudo muda a uma velocidade vertiginosa, eles representam muito mais do que em qualquer outra época da nossa história coletiva.

Não é por isso de estranhar que Portugal celebre hoje o nascimento do regime num clima de algum descontentamento e algum descrédito.

Não é de estranhar, porque, como em tudo na vida, o tempo também desgasta as instituições e a forma como elas se organizam. Se a sociedade muda a grande velocidade, é imperioso que os regimes políticos estejam, também eles, capazes de se adaptar às novas realidades.

Quando essa adaptação não se cumpre, quando as reformas que as mutações sociais exigem não se fazem, é inevitável o aparecimento de um fosso entre a sua fraca capacidade de resposta e as legítimas aspirações do povo que é suposto servir.

É isto que, infelizmente, tem vindo a acontecer entre nós; uma real incapacidade de levar a cabo as reformas que a evolução da sociedade nos impõe.

Não será, pois, de admirar o crescente divórcio entre os cidadãos e o atual estado do nosso regime que, apesar das virtualidades que em si mesmo encerra, não tem sido capaz de se regenerar e de desenquistar os interesses que o tempo foi instalando.

Tem faltado vontade política e ambição para se realizarem, com a necessária coragem, as reformas que a realidade reclama e a prudência aconselha. Se essas reformas não forem feitas, não será, seguramente, com "cordões sanitários", nem com artigos de opinião radicais, que venceremos os extremismos emergentes.

A melhor forma de combater o radicalismo é atacar as verdadeiras causas do seu aparecimento, e essas têm estado, antes do mais, na nossa incapacidade de destruir o que o faz crescer.



Senhor Presidente

A falta de eficácia do nosso sistema de Justiça para conseguir responder ao que dele se exige num Estado de Direito Democrático, é uma das principais razões do descontentamento do povo português.

Quando se ouve o politicamente correto dizer que *"isto é a Justiça a funcionar"*, é por demais evidente que o povo, que sabe bem que *"isto é a Justiça a não funcionar"*, só se pode revoltar contra o domínio da hipocrisia sobre a verdade e a coragem.

As permanentes violações do segredo de justiça, a incapacidade de punir a corrupção e o crime de colarinho branco que tem arruinado as finanças públicas e as poupanças de muitas famílias ou as investigações-espetáculo que amesquinham os direitos humanos e promovem julgamentos populares, são exemplos lapidares de como o regime está doente e divorciado dos seus próprios princípios.

Quando agentes do sistema cometem eles próprios o crime de violação do segredo de justiça, não estão só a desprestigiar a vida pública e a triturar inocentes e culpados, estão também a triturar a sua própria autoridade e credibilidade.

Infelizmente, grassa hoje entre nós um claro sentimento de impunidade, seja relativamente aos mais poderosos, seja no que concerne ao próprio sistema judicial, que se autogoverna com evidente défice de transparência.

Em todos os setores da vida nacional, tem de haver responsabilização, tem de haver avaliação e tem de haver, obviamente, transparência.

Quando um processo judicial demora mais de 10 anos - nalguns casos perto de 20 anos - a transitar em julgado, seja nos Tribunais Criminais, Cíveis ou Administrativos, não estamos a fazer justiça; porque quando a Justiça não é feita em tempo útil, pura e simplesmente, não é Justiça.

Se o atual sistema judicial já demonstrou não estar capaz de se libertar do tique corporativista e de se atualizar, para conseguir responder aos justos anseios do povo português, então é evidente que a responsabilidade por o conseguir tem de passar pela esfera do poder político - que, ao não o fazer, passa a ser, ele próprio, igualmente responsável.

Como é do conhecimento público, o PSD está, desde fevereiro de 2018, totalmente disponível para, em nome do interesse nacional, fazer com os demais partidos políticos, os acordos estruturais que só maiorias políticas alargadas permitem alcançar.



Conta pouco nas nossas convicções, que o discurso mediaticamente correto, classifique, quem se declara disponível para entendimentos estruturais com os seus adversários, de colaboracionista ou de oposição de fraca envergadura.

Devemos estar na vida pública com o foco no futuro do País e nunca no que não tem grandeza nem dimensão de Estado.

Infelizmente, as reformas que Portugal precisa não se restringem à Justiça.

A modernização do sistema político, a descentralização e o combate às assimetrias regionais ou a própria sustentabilidade da segurança social, são também áreas da vida nacional que a evolução da sociedade impõe que estejamos capazes de reformar.

Celebrar o 25 de Abril tem de ser, antes do mais, defender a democracia, identificando as suas fragilidades e apontado caminhos para o seu fortalecimento.

Mais do que repetir palavras que já nada acrescentam, a evocação do 25 de Abril deve ser um contributo realista para rasgar horizontes e dar esperança aos portugueses.

É, pois, com esse espírito, e com os olhos no futuro, que o PSD presta hoje, uma vez mais, a sua justa homenagem à histórica Revolução dos Cravos.

Prevalece a versão proferida.